

## **CAPÍTULO 8:**

### **PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA EM EXTENSÃO RURAL**

*Lúcio Carlos Gonçalves<sup>1</sup>, Matheus Anchieta Ramirez<sup>2</sup>, Alex de Matos Teixeira<sup>3</sup>, Dalvana dos Santos<sup>4</sup>, Frederico Patrus Ananias de Assis Pires<sup>5</sup>, Rafael Araújo de Menezes<sup>5</sup>, Luís Fernando Loiola de Oliveira<sup>5</sup>, Filipe Morais Teixeira<sup>5</sup>*

A educação continuada representa o conceito de que nunca é cedo ou tarde demais para se aprender.

Essa educação vê as pessoas como capazes de aproveitar oportunidades de aprendizado em todas as idades e em contextos como no trabalho, em casa e no lazer, não apenas por meio dos canais formais, tais como escolas e universidades.

A educação continuada pode ser entendida como qualquer tipo ou prática de aprendizagem pós-ensino.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em articulação com os sistemas de ensino, implementa políticas educacionais nas áreas de educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação do campo, educação escolar indígena, quilombola, dentre outras, e todas elas têm conexão com ações de extensão rural.

Desde a institucionalização da extensão rural (ER) no Brasil, seguiu-se o modelo difusionista, que à época da modernização conservadora (MC), de 1965 a 1979, foi implantado segundo os ensinamentos de Everett Rogers. À época, esse modelo foi considerado adequado para o país. Ele veio associado ao crédito rural, que, durante a MC, foi altamente subsidiado. Tratava-se, portanto, da educação para o

---

<sup>1</sup> Engenheiro Agrônomo, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. [luciocg@vet.ufmg.br](mailto:luciocg@vet.ufmg.br)

<sup>2</sup> Médico Veterinário, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. [matheusarta@yahoo.com.br](mailto:matheusarta@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Médico Veterinário, DSc, Prof. Adjunto Faculdade de Medicina Veterinária, UFU, Campus Umuarama, Bloco 2T, CEP: 38400-902, Uberlândia, MG. [alexmteixeira@yahoo.com.br](mailto:alexmteixeira@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Médica Veterinária, Mestranda em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

<sup>5</sup> Graduando em Medicina Veterinária, Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

uso do crédito rural. Todavia, esse modelo mostrou-se adequado apenas para parte dos agricultores brasileiros.

A difusão de tecnologias, por meio dos pacotes tecnológicos importados e/ou adaptados pela Embrapa, causou sérios problemas nas áreas de conservação de solos e do meio ambiente em razão do uso excessivo de pesticidas e agrotóxicos e do endividamento agrícola. A experiência acumulada desse modelo trouxe à tona a problemática da exclusão social, pois provocou forte êxodo rural durante a MC e deixou a agricultura dos pequenos produtores, hoje chamada de agricultura familiar, em péssimas condições, descapitalizada, sem acesso à terra, à educação e à ER.

O objetivo principal era transferir, da melhor forma possível, as tecnologias, e esse era o ideal educativo que permeava o difusionismo.

Diante desse contexto, a sociedade brasileira passa, por meio de vários setores, a criticar esse modelo, tendo em Paulo Freire (1977) um de seus principais questionadores: “Educar e educar-se na prática da liberdade não é estender algo desde a ‘sede do saber’ até a ‘sede da ignorância’, para salvar, com este saber, os que habitam nesta”.

Paulo Freire, em várias de suas obras, deixa claro que o homem é um ser em constante mudança e que o papel do extensionista deveria ter como foco o desenvolvimento do ser humano, formando e capacitando o produtor rural (agricultor familiar) para que ele passe a influenciar as decisões e não simplesmente receba passivamente informações técnicas.

A partir dessa forma de extensão, em que o extensionista sabia tudo e o produtor recebia o ensinamento, e com a crise da economia mundial nos anos 80, a sociedade civil reagiu e passou a demandar do governo federal a criação de um novo modelo de ER, uma vez que a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) havia sido extinta em 1990.

Em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lança a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) exclusivamente para o agricultor familiar.

Essa nova ER, pública, gratuita e destinada exclusivamente aos agricultores familiares, deveria ser desenvolvida como uma forma de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não

agropecuários, inclusive em atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Determina também que a extensão deve ser desenvolvida em bases agroecológicas, respeitando-se as condições de gênero, geração, etnia, territorialidade e sustentabilidade.

Dessa forma, os programas de educação continuada consideram todos os atores do processo das ações e dos programas de extensão, incluindo extensionistas, agricultores familiares e as instituições de pesquisa e/ou universidades com estagiários e estudantes dos cursos de especialização.

Na verdade, apesar da nova Pnater editada pelo governo federal, os estudantes formados pela maioria das universidades brasileiras não estão aptos para desenvolverem trabalhos de ER de acordo com a nova política, pois estão mais aptos para realizar a “difusão de tecnologias junto a agricultores empresariais”. Esses estudantes não são capazes de mobilizar forças sociais para o desenvolvimento sustentável como requerem os movimentos sociais e a Pnater. Tais circunstâncias apontam para a necessidade de criação de espaços diferenciados de formação.

Assim, os Programas de Residência Agrária do MDA e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), implantados em várias universidades do país, buscariam a formação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e Extensão Rural para Agricultores Assentados (Ates) .

Nestes programas, os extensionistas das ações de Ater/Ates são peças fundamentais para a implementação das residências agrárias. Objetiva-se com estas ações que os técnicos, ao se tornarem extensionistas de Ater/Ates, contribuam para a organização dos trabalhadores, no atendimento às demandas básicas de saúde, cultura, abastecimento de água, sistemas de moradias, energia elétrica, instalações comunitárias e preservação de recursos naturais, enfim, em todas as questões que, direta ou indiretamente, estão relacionadas com o desenvolvimento integral da comunidade. Portanto, o que se busca é que o profissional seja capaz de atuar conjuntamente com a comunidade como um agente de desenvolvimento. A concepção original do programa teve como *locus* institucional o Incra e foi registrada em documentos normativos – orientadores de projetos a serem apresentados pelas universidades parceiras. Tal programa, já na sua concepção, enfatiza a alternância de tempo escola e tempo comunidade.

Esses programas de residências agrárias sofreram adaptações de acordo com as diferentes universidades que aderiram a eles, levando-se em conta a grande extensão territorial do país e as especificidades relativas às regionalidades onde essas universidades se inseriam. Para a fase de vivência, foram selecionados estudantes que estivessem nos últimos seis meses dos cursos de graduação (agronomia, medicina veterinária, zootecnia e outros cursos de áreas de ciências agrárias) e que, assim, pudessem, em alguns casos, funcionar como estágios supervisionados. Nesse caso, foi fundamental a inclusão no programa para funcionar como orientadores locais ou orientadores de campo, conforme denominação de algumas universidades, os técnicos da Ater/Ates oficial que atuavam nas regiões de origem dos assentamentos e/ou agricultores familiares (comunidades) que seriam atendidos.

Assim, seria permitido a estes estudantes vivenciarem os problemas da assistência técnica *in loco*, travarem conhecimentos acerca das metodologias de ação – participação e metodologias de atendimento individual e grupal – e principalmente conhecerem a realidade dos agricultores familiares e de assentados dos programas de reforma agrária.

A bibliografia acerca do assunto, 12 anos depois de as orientações serem publicadas, é bastante vasta e traz relatos que, de uma forma geral, deixam claro que as universidades brasileiras não preparam seus estudantes para atuarem como extensionistas na nova proposta de Ater pela Pnater (2004) e também mostram o grande acerto da medida proposta pelo MDA/Incrá.

Como todo projeto em implantação que depende de suprimento de recursos oficiais, os Programas de Residência Agrária (PRAs) tiveram muitas dificuldades para serem implantados. Dentre elas, as principais foram as grandes distâncias entre a universidade e os assentamentos, em alguns casos, a demora no repasse das bolsas, dificultada, às vezes, por crises políticas e/ou trocas de ministros e ajustes entre os ministérios, bem como a falta de experiência dos coordenadores dos programas, além de greves nas universidades, que provocavam alterações dos calendários propostos.

Fica claro, porém, que os PRAs tinham também a intencionalidade de ampliar, criar e fortalecer redes de instituições universitárias já envolvidas com a produção do conhecimento na ótica da educação no campo.

Muitas universidades do centro-sul do país se recusaram a criar os PRAs ou não tinham pessoal capacitado para organizá-los, uma vez que quase a totalidade dos

seus professores era formada segundo a concepção produtivista; é o caso da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais (EV-UFMG).

O governo tencionava, com os programas (PRAs), que o debate das questões sociais fosse levado para dentro das universidades e, assim, induzisse processos de transformação nessas instituições, os quais resultassem na formação de profissionais que fossem trabalhar na ER. Esse tipo de educação continuada, além de treinar pessoal para atuar em programas de Ater/Ates, deveria também provocar mudanças nos atores de dentro das comunidades ou assentamentos, promovendo o desenvolvimento das comunidades ao direcionar esses atores para a cidadania plena. É conveniente ressaltar que esses programas, embora mudando os estagiários, continuavam nesses locais, levando-os a se desenvolverem, e nesse caso trata-se de educação continuada não formal, conforme definição de Secadi do Ministério da Educação (MEC).

Uma etapa importante nesses PRAs refere-se à sensibilização das famílias que recebiam os estudantes. Assim, os técnicos, professores e estudantes consolidam e validam a coordenação colegiada. Questões discutidas na preparação puderam ser confrontadas no campo e discutidas no retorno dos estudantes às universidades. As universidades que planejaram melhor suas ações tiveram melhor retorno, o que mostra que, também nas ações de Ater/Ates, bom planejamento é fundamental.

De uma forma geral, os alunos selecionados para os PRAs ingressaram em programas de especialização denominados “Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Camponesa e Educação no Campo” (EAFCEC).

Alguns alunos tiveram grandes dificuldades de se adaptar aos trabalhos desenvolvidos durante os PRAs ou porque tinham origens muito diferentes e nada conheciam a respeito da agricultura familiar ou porque tiveram dificuldades de transporte ou, ainda, porque os técnicos extensionistas, no início, não entenderam bem as suas funções de orientadores de campo e os consideraram seus estagiários, destinando-os para trabalhos burocráticos. Mas a maioria dos alunos dos PRAs ingressaram em cursos de especialização que seriam a sequência dessa vivência e teriam duração de dois anos. Alguns alunos dos PRAs desistiram, e outros que tinham maior afinidade já entraram direto em programas de Ater/Ates oficiais.

### **Os cursos de especialização**

Esses cursos foram criados com o objetivo de qualificar profissionais das áreas de ciências agrárias para trabalharem com os limites e os desafios impostos pela realidade vivida por agricultores familiares e assentados de reforma agrária. Foram criados a partir da determinação do MDA, editada em 2004, para atender a educação do campo como uma política pública desse Ministério.

Foram estabelecidas parcerias nas diversas regiões do país envolvendo universidades que já tinham alguma tradição em estudar os problemas do campo, independentemente do viés de cada uma delas. Assim, essas universidades se associaram para criar os cursos de especialização que não seguiram um formato único em todo o país, em face das diversidades das áreas de atuação dos professores e das particularidades regionais dos locais que sediaram os cursos.

As universidades planejaram os cursos, e cada uma das associadas seria responsável pela emissão dos certificados.

Os projetos político-pedagógicos foram baseados na pedagogia da alternância entre tempo presencial e tempo comunidade. Foram escolhidos os temas geradores, procurando, na maioria dos casos, romper com as metodologias tradicionais de transmissão de conteúdos via disciplinas. Apesar das dificuldades em razão da especialização dos professores de cada região do país, buscou-se a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade.

O tempo comunidade baseava-se em viagens de campo de 97 orientadas pelos professores e a participação de seminários temáticos visando à coleta de informações e de dados para pesquisa e outras atividades dos cursos. A alternância entre tempo presencial e tempo comunidade visou ao desenvolvimento de uma relação crítica e problematizadora entre os saberes teóricos e a realidade vivenciada pelos assistidos pela Ater/Ates, agricultores familiares ou assentados da reforma agrária.

Esses cursos tinham duração de aproximadamente 600 horas e foram realizados em módulos. Algumas universidades, pela escassez de verbas e pela grande distância entre elas, apresentaram sérias dificuldades para a execução dos módulos previstos. A demora no repasse de bolsas também gerou insatisfações e incertezas quanto ao futuro dos cursos e dos estudantes.

O tempo comunidade podia variar entre as diferentes parcerias e entre as universidades das diferentes regiões do país.

Em muitos casos, no início, os alunos queriam desenvolver atividades intervencionistas prestando assistência técnica. Mas com a ajuda dos orientadores técnicos de campo de Ater/Ates e das lideranças das comunidades envolvidas, os programas puderam ser formatados adequadamente, levando os alunos a compreenderem o projeto e a interagirem com as comunidades escolhidas para participar, geralmente localizadas o mais próximo possível dos *campi* das universidades para facilitar o deslocamento.

É importante relatar que, periodicamente, os integrantes da organização dos cursos se reuniam para avaliação destes (professores, técnicos e membros dos movimentos sociais) e possíveis correções de rumos. Nessas oportunidades, muitos estudantes demonstravam medo e estranhamento produzidos por uma realidade pouco conhecida e desafiante. Ao final, cada aluno deveria apresentar uma monografia, aprovada por banca, desde que a comunidade fosse o ponto de partida para a elaboração do trabalho acadêmico.

Dessa forma, estes cursos abriram espaços para a formação de extensionistas com uma visão crítica acerca da realidade das comunidades e das políticas públicas e, portanto, capazes de dialogar com as condições socioeconômicas e culturais dos agricultores em bases agroecológicas. Outros resultados importantes foram a formação de núcleos transdisciplinares de ER para atuar na Ater e na Ates por meio da interação entre universidades, governo, movimentos sociais e instituições não governamentais, visando ao desenvolvimento rural sustentável e tendo o desenvolvimento humano como centro das atenções.

Isto gerou também o fortalecimento das pesquisas acerca da extensão rural com projetos financiados por órgãos de fomento como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as Fundações Estaduais de Pesquisa (FAPs).

Vale ressaltar que os especialistas formados por esses cursos foram contratados em suas regiões para trabalhar com agricultura familiar e/ou assentamentos em suas regiões de origem. No entanto, na maioria dos casos, a baixa remuneração, a dependência de aprovação de projetos, a inconsistência ou o atraso no repasse de verbas para remunerar os profissionais tornaram-se entraves para a fixação desses profissionais nos trabalhos de Ater/Ates.

Essas formas descritas de educação continuada para preparar o extensionista, que continuará educando e educando-se ao longo de seu trabalho, são fundamentais para alterar o tipo de extensão rural que vem sendo desenvolvido no país, mesmo levando-se em consideração que a responsabilidade pela execução dos trabalhos de ER seja dos estados e que estes se encontram em diferentes graus de organização de suas empresas de assistência técnica e extensão rural (Ematers) e de suas Secretarias de Agricultura, visto que, em sua maioria, os extensionistas ainda insistem em difundir tecnologias em vez de trabalharem o desenvolvimento do homem e das comunidades em bases ecológicas e de sustentabilidade, como determina a Pnater 2004.

Em recente trabalho realizado na Emater-RS-Ascar, Junges e Pelegrini (2014) demonstraram que tanto os extensionistas antigos como os contratados recentemente (últimos cinco anos) no Rio Grande do Sul, que tem escritórios dessas agências em 496 de seus 498 municípios (à época), adotavam práticas difusionistas, o que demonstra que eles necessitam de treinamento para executar os trabalhos de extensão conforme determina a nova Pnater. Fica claro que tanto os contratados há mais tempo quanto os jovens ainda são formados de acordo com a lógica produtivista e fazem difusão de tecnologias, mostrando que as universidades e os cursos técnicos não estão formando profissionais com perfil adequado para os trabalhos de Ater/Ates oficial. Em relação a esse problema, Gnoato (2013) sugere em seu trabalho que as instituições de Ater possam problematizar, junto às entidades formadoras de profissionais na área de ER, ações para que se promovam métodos educativos, participativos e construtivistas, a fim de que os profissionais por elas formados adquiram posturas de trabalho que colaborem, de fato, para que as famílias rurais adquiram poder emancipacionista no meio do qual fazem parte. Só dessa forma a ER exercerá seu verdadeiro papel junto aos agricultores familiares deste país.

Existem ainda outras formas de educação continuada para a ER, que aparece sempre como mediadora de ações entre órgãos públicos e o público da nova Ater. Merece destaque o recente programa, chamado de Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF), lançado em 2015 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio de sua Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC), mais especificamente, pelo Departamento de Educação Ambiental. Segundo o MMA, o PEAAF é uma reivindicação dos movimentos de agricultores familiares ao



governo federal, feita no Grito da Terra em 2009 e em outras manifestações que apontavam para a necessidade de fortalecimento da educação ambiental, no meio rural.

Esta PEAAF visa melhorar a qualidade de vida no campo. A ER será o elemento de ligação entre os diferentes órgãos envolvidos no desenvolvimento de práticas agroecológicas e o agricultor. Portanto, o extensionista deve estar preparado adequadamente para atuar, assim os programas de PRAs e os cursos de especialização descritos anteriormente serão de grande importância para permitir que o PEAAF possa realmente produzir resultados satisfatórios. A contínua educação dos produtores proposta pelo programa deve ser feita de forma dialógica e provocar o crescimento deles para que possam decidir sobre a adoção da agroecologia em consonância com suas territorialidades, crenças e saberes prévios. O programa está apenas começando e tem um longo caminho a percorrer para atingir seus objetivos. Todos que trabalham com ER devem estar engajados no processo de emancipação do produtor rural, capacitando-o para que ele seja o agente de atitudes mudancistas. Um dos pontos importantes que merecem destaque no PEAAF refere-se a processos educativos a distância, “objetiva apoiar o desenvolvimento de processos educacionais típicos e dialógicos nos estados e territórios, com a realização de cursos, seminários, oficinas e atividades de campo, etc., colaborando com iniciativas que complementem a implementação do PEAAF, aproveitando-se o ambiente virtual de aprendizagem do Ministério do Meio Ambiente”.

Quanto a essa questão, Moura *et al.* (2009) afirmam que o ensino a distância é um forte aliado no estímulo do desenvolvimento de uma cultura de autoaprendizagem e pode auxiliar na concretização da educação continuada dos profissionais de ER. Afirmam ainda que esses cursos devem ter caráter continuado e destacam a ação do facilitador.

No entanto, esse tipo de educação ainda está longe de poder ser usado de forma massiva para chegar até os produtores familiares em razão da baixa inclusão digital, principalmente dos agricultores familiares não integrados ao mercado e dos agricultores dos assentamentos de reforma agrária. Mas essa forma de educação a distância é possível de ser continuada e pode, se bem planejada, atingir também os agricultores, uma vez que a inclusão digital começa a ser implantada de maneira mais eficaz no país.

As escolas vinculadas aos centros de ciências agrárias das universidades brasileiras desenvolvem muitos programas de educação continuada em extensão rural (Ecer). São programas de ER que podem ter ou não vinculação com a ER oficial. Na UFMG e especificamente na EV/UFMG, existe a tradição de desenvolvimento de programas de Ecer. São programas que visam à formação de formadores em que os técnicos são preparados para trabalhar com assistência técnica e ER e os produtores ou comunidades que recebem os trabalhos de extensão, ou todo o público envolvido nas cadeias produtivas eleitas para os programas de Ecer, têm a oportunidade de educar-se acerca de diferentes propostas desenvolvidas. Trata-se de programas relativos a cadeias produtivas do leite, de peixes ornamentais, desenvolvimento de comunidades, dentre outros, bem como projetos de Eced, os quais apresentam interfaces com outras ciências que visam ao bem-estar das populações, como, por exemplo, o reconhecido projeto carroceiro, coordenado pelo Departamento de Clínica e Cirurgia Veterinária (DCCV). Passaremos agora a detalhar alguns dos mais importantes projetos de Ecer da EV/UFMG.

### **Projeto Unileite**

Esse projeto de Ecer tem como atores professores do DCCV, técnicos de empresas parceiras de iniciativa privada, técnicos da Emater, veterinários autônomos, estudantes de pós-graduação e de graduação, proprietários rurais patronais e/ou da AF, administradores, aposentados e demais trabalhadores da cadeia produtiva do leite.

O projeto foi criado em 2001 e vem funcionando regularmente até a presente data. Possui financiamento da iniciativa privada envolvendo a Cooperativa Central de Produtores Rurais (CCPR) e empresas ligadas à cadeia produtiva, como produtoras de ordenhadeiras, entre outras. Tem como objetivo educar para a obtenção de leites de melhor qualidade nutricional e sanitária, o que resulta em benefícios para o produtor que, comumente, obtém leite de melhor qualidade e recebe pela qualidade dele, bem como tem foco na saúde do trabalhador (aposentados e auxiliares) e da população em geral que consome o leite e seus derivados.

Esse projeto assiste as propriedades eleitas da região escolhida (decisão tomada junto com os patrocinadores que, de um modo geral, têm interesse comercial na área). No entanto, a EV/UFMG, por meio do seu DCCV, mantém-se fora das relações comerciais relativas às cadeias produtivas. O treinamento é periódico e dura

aproximadamente 12 meses, tempo considerado suficiente pela coordenação do projeto para a adequada educação de todos os envolvidos no processo, capacitando-os para a (re)elaboração das atividades de planejamento e tornando-os capazes de fazer as devidas adequações nos sistemas de produção com maior foco na obtenção de um leite de melhor qualidade.

É importante salientar que, após um ano de assistência *in loco*, a coordenação do projeto continua assistindo os produtores, realizando encontros e palestras, bem como criando fóruns de discussão nas regiões que já foram assistidas.

Numa próxima etapa, o projeto já planeja desenvolver Ecer utilizando-se as metodologias da educação a distância (ED) para manter facilitadores divulgando notícias e resultados de pesquisas, bem como relatórios de uma coleta que está sendo pensada.

Este é um exemplo de ER direta ao produtor, mas ER não oficial, muito embora os técnicos da Emater das regiões escolhidas também participem dos treinamentos, mas como treinantes e não como educadores.

Esse projeto tem grande abrangência e assiste inclusive cidades que possuem universidades federais que abrigam cursos de medicina veterinária. Para 2016, por exemplo, a cidade escolhida é Lavras, que possui uma das mais reconhecidas universidades de ciências agrárias do país, a UFLA.

Cada coordenador de equipe supervisiona o trabalho em quatro fazendas, e todo o pessoal envolvido passa a receber treinamento. Nessa oportunidade, os proprietários, técnicos de campo da região (veterinários já graduados) e retireiros se educam para obtenção de um leite de qualidade, em que se consideram aspectos de contaminação bacteriana, contagem de células somáticas, unidades formadoras de colônias, saúde das vacas e, em especial, do úbere).

Destaca-se que, nesse projeto, os alunos educadores também se educam e se redescobrem, ao atuarem na cadeia produtiva do leite, tornando-se capazes de desempenhar funções relativas à obtenção de leite de qualidade.

Apenas a título de informação, o projeto existe só em MG, com mais de 20 veterinários trabalhando nas regiões já assistidas. Esses ex-alunos continuam o processo de educação nas propriedades por eles assistidas.

Segundo o coordenador do projeto, os principais problemas são as fontes de financiamento, que o impedem de atender a todos os produtores que demandam o

treinamento, e a dificuldade de manter os alunos motivados, uma vez que a carga horária semestral da EV/UFMG é muito alta e obriga os alunos a percorrerem grandes distâncias e a trabalharem nos finais de semana. Apesar das dificuldades relatadas, este é um projeto de grande abrangência, reconhecido entre os produtores de leite e dentro da instituição, que forma mão de obra com alto grau de especialização, visto que os alunos permanecem no programa durante três anos na graduação e muitos deles utilizam os dados do projeto para obtenção de suas dissertações de mestrado e teses de doutorado.

### **Projeto Ação para o Desenvolvimento de Comunidades (APDC)**

Esse projeto de Eder visa exclusivamente ao desenvolvimento de comunidades. Tem por objetivo educar o ser humano para promover sua emancipação até à conquista da cidadania. Iniciado em 2008 no município de Conselheiro Lafaiete, em MG, no princípio o projeto recebeu financiamento do MEC. Visa à capacitação dos produtores rurais por meio de ações de extensão, tais como: organização da comunidade, capacitação de membros para atuarem junto aos CMDRS, projetos de horta agroecológica e capacitação para atuação nas cadeias produtivas do leite e de aves de corte e postura.

Este é, portanto, um projeto de Eder que se encaixa perfeitamente na nova Pnater, uma vez que não atende produtores patronais.

Possibilita, por meio de visitas programadas, uma interação entre os estudantes e os agricultores familiares assentados da reforma agrária ou não. Além de desenvolver e capacitar o produtor rural, o projeto permite uma troca de saberes e trabalha segundo os princípios da agroecologia, preparando os estudantes para trabalhar na ER em serviços de Ater/Ates. É um projeto reconhecido na universidade e já foi premiado em congressos internacionais.

Na segunda fase, foram escolhidos quatro assentamentos de reforma agrária no município de Pompéu, MG. Desde 2012, vêm sendo desenvolvidas ações de capacitação dos produtores rurais para que conheçam seus direitos e possam, por meio do CDMRS, influenciar e ajudar a definir o PMDRS, importante ação para direcionar as políticas públicas locais.

Está se desenvolvendo uma série de ações de extensão visando à educação dessas populações (educação não formal), no que se refere à capacidade de se

desenvolverem atividades relativas à produção animal de acordo com atitudes que preservem e recuperem o ambiente do assentamento. É importante ressaltar que, apesar de assentados, os agricultores familiares não têm nenhuma organização e os assentamentos têm recebido pouca atenção do poder público.

Apesar do envolvimento da Emater-MG no projeto, também neste caso o técnico vem recebendo treinamento para melhor desempenhar suas ações de Ater/Ates. Apesar de ser um projeto de capacitação de agricultores familiares e de alunos (já foram treinados em torno de 50 alunos) e hoje contar com apoio do Centro de Extensão da Escola de Veterinária da UFMG (Cenex-EV/UFMG), da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG e da prefeitura de Pompéu, esse projeto ainda é percebido com desconfiança por grande parte do corpo docente da EV/UFMG, pois são professores formados, em sua maioria, sob a ótica do produtivismo, que, na maioria dos casos, desenvolve pesquisas para atender a grande produção. Tem sido grande o esforço para abrir espaço e criar uma pós-graduação na área, dentro do DZO/EV/UFMG.

Mais recentemente, este projeto vem implantando ações no município de Alvarenga, no leste de MG, onde, apoiado pela prefeitura municipal, visa envolver ex-alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) em agropecuária para desenvolverem ações de extensão no citado município.

Atualmente, o projeto inicia contatos para desenvolver ações de extensão no município de Patrocínio do Muriaé (MG), visando à capacitação de agricultores familiares que se dedicam à criação de peixes ornamentais *Betta Splendens*, conhecido mundialmente como *Betta*.

Trata-se de importante região produtora desses peixes, que, entretanto, apresenta um mercado imperfeito e com condições de criação que necessitam ser melhoradas nos aspectos de “sanidade animal”. Vai ser executado conjuntamente um projeto de pesquisa que poderá gerar até dissertações de mestrado.

Há uma grande demanda da comunidade envolvida na produção do *Betta* por assistência técnica. Este projeto visa envolver alunos dos cursos de aquacultura e medicina veterinária da EV-UFMG a fim de capacitá-los para executar ações de Ater/Ates.

Em muitos casos, ações conjuntas de pesquisas ajudam a captar recursos para o desenvolvimento de projetos de extensão junto às agências de fomento.

## **Projeto Carroceiro**

Dentre alguns projetos de educação continuada (EC) da EV/UFMG, merece destaque o Projeto Carroceiro, porque, apesar de urbano, tem uma grande interface com ações de extensão rural. É um projeto de extensão também muito reconhecido no âmbito da UFMG e da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Iniciado em 1997, visa à capacitação dos carroceiros da grande Belo Horizonte (BH) para que eles possam executar com segurança o recolhimento de entulhos da construção civil.

Trata-se de um projeto com orçamento superior a um milhão de reais/ano e funciona com convênio firmado entre a UFMG e a PBH [via serviço de limpeza urbano (SLU)].

O projeto funciona educando os carroceiros para a profissão e para o adequado respeito e manejo dos animais de tração.

São muitas as interfaces do projeto, que tem o seu lado “rurbano”, pois atua em regiões da periferia ou em bairros mais afastados.

Os alunos trocam experiências com os carroceiros, aprendem com eles e os ensinam também.

Nesse projeto, todos os equídeos que são utilizados para tração animal são submetidos a exames clínicos, vacinações etc.

O projeto envolve cerca de 20 alunos/ano, sendo quatro bolsistas de extensão, estagiários, residentes em clínica de equinos e alunos de pós-graduação. Paralelamente, já gerou oito teses de mestrado e/ou doutorado.

A maior dificuldade relatada pela professora e coordenadora do DCCV da EV/UFMG refere-se ao suprimento de recursos para atender as diferentes frentes das ações de extensão desenvolvidas.

Além das ações descritas acima, vale ainda ressaltar que a clínica de equinos da EV/UFMG atende regularmente os animais de toda a região metropolitana que necessitam de internamento.

Portanto, é um projeto de educação continuada que atende os carroceiros e capacita alunos para desenvolverem a clínica de equinos em atividades de Ater/Ates em consonância com a realidade do estado de MG.

A coordenadora do projeto relata que muitos carroceiros fazem parte do projeto desde a sua implantação até a presente data, o que o caracteriza como um típico

projeto de educação continuada, pois, como citado por Freire (2014b), eles estão sempre em processo de evolução, visto que o homem é um ser inacabado (ou seja, estará sempre em evolução).

Conforme descrito, tanto os projetos da extensão oficial como a PRA e os cursos de especialização (PEAAF), bem como os projetos de extensão implantados diretamente pelas universidades, visam à capacitação de atores para desenvolver trabalhos de Ater/Ates e à capacitação (educação) dos agricultores familiares. É importante destacar que conhecer as condições socioeconômicas dos agricultores familiares, bem como seus aspectos relativos aos saberes culturais, facilita muito as ações de extensão nos programas de educação continuada em ER.